

# Desvendando o enigma vermelho: Operação Cajueiro, PCB e crise partidária em Sergipe (1976-1980)

Ronaldo de Jesus Nunes\*

## Resumo

O presente estudo analisa a Operação Cajueiro ocorrida no estado de Sergipe, em 1976, que resultou na prisão de vários membros do PCB e a sua completa dispersão. O objetivo principal é compreender esta operação militar, dirigida pelo Exército, e as suas consequências para o tradicional partido de esquerda brasileira. Em relação à metodologia, esta pesquisa utilizou dos recursos da história oral, além de jornais sergipanos e baianos, relatórios policiais e do Serviço Nacional de Informação (SNI) e outros documentos levantados pela Comissão Estadual da Verdade. Dessa maneira, esta pesquisa vai além da compreensão da Operação Cajueiro em si, ao buscar analisar como cada membro do PCB foi atingido pela repressão política e em sua decorrência, o agravamento da desorganização partidária sofrida. De modo que estudaremos o cenário político sergipano do final da década de 1970 e início dos anos 1980, dando atenção especial à teia formada com as ramificações das lideranças comunistas em outros partidos, beneficiando-os.

**Palavras-chave:** Operação Cajueiro; Partido Comunista Brasileiro; Repressão.



\* Graduado em História pela Universidade Federal de Sergipe. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Sergipe (PROHIS/UFS). Integrante do grupo de pesquisa Poder, Cultura e Relações Sociais na História (CNPq - UFS). Email: ronaldonunes000@gmail.com.

## Unclosing the red enigma: Operation Cajueiro, PCB and party crisis in Sergipe (1976-1980)

## Desvelando el enigma rojo: Operación Cajueiro, PCB y crisis partidaria en Sergipe (1976-1980)

### *Abstract*

This study analyzes Operation Cajueiro which took place in the state of Sergipe, in 1976, which resulted in the arrest of several members of the PCB and its complete dispersion. The main objective is to understand this military operation, led by the Army, and its consequences for the traditional Brazilian left-wing party. Regarding the methodology, this research used oral history resources, in addition to newspapers from Sergipe and Bahia, police reports and reports from the National Information Service (SNI) and other documents collected by the State Truth Commission. In this way, this research goes beyond understanding Operation Cajueiro itself, by seeking to analyze how each member of the PCB was affected by political repression and, as a result, the worsening of the party disorganization suffered. Therefore, we will study the political scenario in Sergipe at the end of the 1970s and beginning of the 1980s, paying special attention to the web formed with the ramifications of communist leaders in other parties, benefiting them.

**Keywords:** Operation Cajueiro; Brazilian Communist Party; Repression.

### *Resumen*

Este estudio analiza la Operación Cajueiro que tuvo lugar en el estado de Sergipe, en 1976, y que resultó en la detención de varios miembros del PCB y su completa dispersión. El principal objetivo es comprender esta operación militar, liderada por el Ejército, y sus consecuencias para el tradicional partido de izquierda brasileño. En cuanto a la metodología, esta investigación utilizó recursos de la historia oral, además de periódicos de Sergipe y Bahía, informes policiales e informes del Servicio Nacional de Información (SNI) y otros documentos recopilados por la Comisión Estatal de la Verdad. De esta manera, esta investigación va más allá de comprender la propia Operación Cajueiro, al buscar analizar cómo cada miembro del PCB se vio afectado por la represión política y, en consecuencia, el agravamiento de la desorganización partidaria sufrida. Por lo tanto, estudiaremos el escenario político en Sergipe a finales de los años 1970 y principios de los años 1980, prestando especial atención a la red formada con las ramifications de líderes comunistas en otros partidos, beneficiándolos.

**Palabras clave:** Operación Cajueiro; Partido Comunista Brasileño; Represión.



## Introdução

Este artigo analisa a Operação Cajueiro ocorrida no Estado de Sergipe, a ação militar, de âmbito nacional, foi desencadeada em Aracaju no dia 20 de fevereiro de 1976, e teve como principal objetivo desarticular o Partido Comunista Brasileiro (PCB) no estado<sup>1</sup>. Esta Operação marca um capítulo importante da história do PCB, que resultou na prisão de vários membros do partido e a sua completa dispersão. Essa operação militar, dirigida pelo Exército, e as suas consequências e desdobramentos para o tradicional partido de esquerda brasileira abrangeu os governos do General Ernesto Geisel, com a sua “política de distensão, lenta, gradual e segura”, e de João Batista Figueiredo, que deu continuidade a esta política, agora denominada de “abertura política”.

Esta operação recebeu notabilidade em virtude das graves violações realizadas aos investigados nas dependências do Quartel do 28º Batalhão de Caçadores (28º BC), na maior parte dos atos eles foram torturados<sup>2</sup>. O caso chama atenção ainda, pela rede de serviços envolvidos e acionados, como médicos e legistas encarregados de falsificar registros e exames, corroborando assim para encobrimento das práticas de tortura<sup>3</sup>.

Este estudo não se limita apenas à compreensão da Operação Cajueiro em si, mas busca analisar como cada membro do PCB foi atingido pela repressão política e as suas trajetórias políticas posteriores. Em decorrência deste fato, procura elencar os motivos do agravamento da desorganização partidária sofrida pelo PCB-Sergipe. Nesta perspectiva, não se restringindo a apresentar uma narrativa cronológica, mas captar a intensidade da luz exposta às consequências políticas, as quais reverberaram mais adiante do período da Operação Cajueiro.

<sup>1</sup> Dossiê da Operação Cajueiro pela Comissão Estadual da Verdade de Sergipe. ASV/ACE/3802/82\_001, fls.6. Disponível em: [https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/asv\\_ace\\_3802\\_82\\_001](https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/asv_ace_3802_82_001). Acesso em: 02/06/2024.

<sup>2</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984: partidos e eleições num estado autoritário*. Tempo Brasileiro, 1997.

<sup>3</sup> GASPARI, Elio. *A Ditadura envergonhada: as ilusões armadas*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.



Nesse sentido, o estudo transcende a uma simples análise dos eventos da operação militar, propondo assim, adentrar com um olhar profundo a dispersão dos membros do PCB e as ações repressivas que resultaram na desorganização do partido e a nova configuração do cenário político sergipano do final da década de 1970 e início dos anos 1980. De maneira que, dando atenção especial à teia formada com disputas e ramificações das influências das lideranças comunistas em outros partidos políticos, beneficiando-os. Dessa forma, discutiremos, se outros partidos políticos ou movimentos políticos se beneficiaram desta situação, no contexto de desestruturação partidária do PCB.

### *Operação Cajueiro, PCB e repressão política*

52



Em Sergipe, o cenário político de 1964 ficou marcado pela tradição oposicionista à ditadura. No dia 2 de abril de 1964, o chefe do Poder Executivo João de Seixas Dória, líder popular, foi reconhecido pelo novo regime como defensor dos interesses dos trabalhadores e das propostas de Reforma de Base do governo de João Goulart, o que motivou sua cassação, quem assumiu o cargo foi seu vice-governador Sebastião Celso de Carvalho<sup>4</sup>. Com o lançamento do Ato Institucional nº I (AI-1) e a ditadura se instaurando líderes políticos renomados e parlamentares tiveram seus mandatos cassados, foram presos e alguns exilados, como foi o caso de Seixas Dória.

O ano de 1974 representava uma década da instauração da ditadura civil-militar, ano este de posse do presidente Geisel, em 15 de março, ou seja, um momento de comemorações para alguns das Forças Armadas. Com Geisel apresentou-se um cenário viável de descompressão ou “distensão” política, medida que já havia sido cogitada pelo ex-presidente marechal Artur da Costa e Silva (15.03.1967 a 31.08.1969), mas em virtude de seu falecimento nada foi feito e no governo de Emílio Garrastazu Médici (30.10.1969 a 15.03.1974), tais ideais nem foram pensados, pelo menos nos pri-

<sup>4</sup> CARDOSO, Célia Costa. 1964 em Sergipe: política e repressão. In: JANOTTI, Maria de Lourdes M. & ARIAS NETO, José Miguel (Orgs.). **Democracia e autoritarismo: estratégias e táticas políticas**. Vinhedo, ed. Horizonte, 2015, p. 127.

meiros anos, sobressaindo as mudanças econômicas, no conhecido “milagre econômico”, período em que o país atingiu altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)<sup>5</sup>.

A Operação Cajueiro, desencadeada em 20 de fevereiro de 1976, teve como principal finalidade, segundo o relatório do Inquérito Policial Militar (IPM), desarticular PCB<sup>6</sup>. O PCB estava na ilegalidade desde 1947, sendo um partido político marcado por uma longa história de perseguição e repressão política, especialmente agravada durante a ditadura. A repressão havia sido iniciada em 1946, sobretudo a partir da cassação de parlamentares constituintes, assim como da criminalização dos membros que dirigiam o partido em 1947. É importante ressaltar que aqueles que eram simpatizantes do partido também foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional<sup>7</sup>. Desse modo, a criminalização foi utilizada tanto antes do período da ditadura, como depois ancorada pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN). O autoritarismo e as ações de repressão vinham sendo institucionalizadas desde do início da ditadura (31.03.1964), posteriormente, foi lançado o Ato Institucional nº 2 (AI-2), que extinguiu os partidos políticos e adotou o bipartidarismo, passando a existir apenas dois partidos legalizados, a Aliança Libertadora Nacional (ARENA), que tinha como objetivo dar sustentação ao regime e como oposição o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que se mostrou um partido bastante heterogêneo.

De acordo com os membros da Comissão Estadual da Verdade de Paulo Barbosa de Araújo (CEV/SE)<sup>8</sup>, na década de 1970 o PCB

<sup>5</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 3 ed. São Paulo: Vozes, 1985, p. 179.

<sup>6</sup> Dossiê da Operação Cajueiro pela Comissão Estadual da Verdade de Sergipe. ASV/ACE/3802/82\_001, fls.6. Disponível em: [https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/asv\\_ace\\_3802\\_82\\_001](https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/asv_ace_3802_82_001). Acesso em: 04/06/2024.

<sup>7</sup> Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” (Sergipe - Relatório Final). Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe (Edise), 2021, p. 190.

<sup>8</sup> Instituída pelo Decreto no 30.030/2015, em 7 de julho de 2015, o Relatório da Comissão Estadual da Verdade de Sergipe ganhou o nome de Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo”. Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” (Sergipe - Relatório Final). Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe (Edise), 2021. Disponível em: [https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/relatorio\\_final\\_comissao\\_estadual\\_da\\_verdade\\_paulo](https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/relatorio_final_comissao_estadual_da_verdade_paulo). Acesso em: 02/06/2024.

passou a ser a maior ameaça contra a ditadura, visto que as demais organizações clandestinas foram vencidas em ações anteriores. Para além disso, a forte reviravolta sofrida nas eleições de 1974 culminaram na intensificação das perseguições, com torturas, assassinatos e desaparecimentos políticos de membros do partido, contrariando a dita abertura “lenta, gradual e segura” no início do governo de Geisel. No estado de Sergipe, o PCB conseguiu se manter estruturado e participando ativamente dentro de outras organizações, como no Movimento Estudantil (ME) e no Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Nas eleições municipais de 1970, elegeu o advogado Jonas Amaral, ao cargo de vereador, pela sigla do MDB. Já em 1972 conseguiu eleger dois candidatos, Jonas Amaral e Jackson Barreto, ambos pelo MDB. Posteriormente, nas eleições parlamentares de 1974, elegeu Jackson Barreto novamente, mas agora para o cargo de Deputado Estadual, sendo um dos políticos que obteve grande sucesso nas urnas para a Assembleia Legislativa<sup>9</sup>. Essas eleições foram marcadas por uma imensa e inusitada vitória da oposição<sup>10</sup>.

Observa-se que em 1976, enquanto a maioria dos grupos políticos de esquerda possuía poucos ou quase nenhum representante na Câmara de Vereadores e na Assembleia Legislativa do estado de Sergipe, o PCB possuía representantes em ambos os cargos<sup>11</sup>. Além disso, atuava junto aos movimentos dos trabalhadores rurais e possuía controle majoritário dos sindicatos dos bancários, petroleiros e do Diretório Central dos Estudantes (DCE), da UFS. Considera-se que “era uma presença invejável para qualquer sigla clandestina, fato que os militares não ignoraram”. À medida em que os membros do PCB buscavam cada vez mais ganhar espaço na política e eleger mais candidatos, os órgãos de repressão olhavam negativamente

<sup>9</sup> CRUZ, José Vieira. **Da autonomia à resistência democrática**: Movimento Estudantil, Ensino Superior e a Sociedade em Sergipe, 1950-1985. 2 ed. Aracaju: Criação, 2021, p. 412.

<sup>10</sup> GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

<sup>11</sup> LIMA, Paulo. **Operação Cajueiro**: a repressão aos comunistas Sergipe. Aracaju, Editora Arttexto, 2005, p. 15.



para a tentativa de reorganização do partido<sup>12</sup>. Com os resultados eleitorais da Câmara dos Deputados e do Senado, que trouxeram benefícios à oposição, às ações dos membros do PCB passaram a ter maior controle pelos militares.

Em 1975 ocorreu no Rio de Janeiro a descoberta de uma gráfica clandestina do PCB, onde eram realizadas as impressões do Jornal “Voz Operária”. Essa gráfica funcionava no subterrâneo de um sítio, Elson Costa, responsável pelas máquinas, desapareceu poucos dias depois, mas em seguida, soube-se de sua morte em uma casa do Centro de Informações do Exército (CEI). O gráfico Alberto Aleixo, um senhor de 72 anos, foi preso e após dois meses, internado no hospital Souza Aguiar<sup>13</sup>. No período, o ministro da justiça Armando Falcão, mobilizou meios de comunicação, como a TV e o rádio, para noticiar tal ocorrido alegando que havia tido interferência e participação de membros do PCB nas últimas eleições. No mesmo informe aproveitou para reforçar e garantir a vigilância governamental. Meses depois, em novembro de 1975, foi divulgado na imprensa um relatório da 5ª Região Militar, no qual contava com a prisão de 67 membros do PCB do estado do Paraná, dias depois outro relatório com 105 membros do estado de São Paulo que estavam sendo acusados. Da posse de Ernesto Geisel ao mês de abril de 1976 foram registradas 10 mortes de integrantes do comitê central do PCB<sup>14</sup>. Militantes comunistas de outros estados também sofreram forte repressão, como é o caso do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e Sergipe.

No contexto nacional, dois casos tiveram maior repercussão, o caso do jornalista Wladimir Herzog, ocorrido em outubro de 1975 e do operário Manuel Fiel Filho, em janeiro de 1976. Ambos os casos ocorreram nas dependências do Destacamento de Operações

<sup>12</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. **A tutela militar em Sergipe, 1964/1984**: partidos e eleições num estado autoritário. Tempo Brasileiro, 1997, p. 286-287.

<sup>13</sup> GASPARI, Elio. **A Ditadura Encurralada**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

<sup>14</sup> Davi Capistrano da Costa, Elson Costa, Hiram Lima Pereira, Itaci José Veloso, Jaime do Amorim Miranda, João Massena Melo, Luís Inácio Maranhão Filho, Nestor Veras Orlando Bonfim Júnior e Válder Ribeiro. DO BRASIL, C.-C. DE PEDHC PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB). Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>. Acesso em: 02/06/2024.



de Informações- Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), localizado em São Paulo, os dois foram divulgados na imprensa como suicídios<sup>15</sup>. Com a insatisfação da sociedade diante do ocorrido, o presidente Ernesto Geisel trocou o comando do II Exército, o objetivo do governo era evitar mortes durante as torturas, mas as perseguições aos militantes de esquerda prosseguiram, sobretudo aqueles que possuíam alguma ligação ao PCB.

O comando da Operação Cajueiro em Sergipe ficou responsável pelo general Adyr Fiúza de Castro, que ficou conhecido durante o regime militar pelo comando das principais estratégias dos órgãos repressivos contra os grupos de esquerda. Um de seus principais feitos foi o CIE, criado em 25 de fevereiro de 1967, ainda no governo do General Arthur de Costa e Silva, que tinha como principal objetivo coletar informações de grupos e movimentos de esquerda atuantes no Brasil. Além disso, o general chegou a ser um dos chefes no Rio de Janeiro do CODI, em 1975, ficando conhecido pela realização e defesa da tortura de modo explícito. E nesse mesmo ano, assumiu o Comando da 6ª Região Militar, localizada na capital baiana<sup>16</sup>. Em fevereiro de 1976, a operação foi desencadeada em Sergipe quando o general Fiúza de Castro, responsável pelo desenvolvimento da operação na Bahia e em Sergipe, formou e enviou um grupo de Segurança da Bahia para Aracaju, chefiado pelo tenente-coronel Oscar Silva para colocar em prática a Operação Cajueiro<sup>17</sup>. Segundo dados coletados, essa operação contou com a participação dos seguintes comandos:

15 SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: **O Brasil republicano**, v. 4, 2003, p. 264.

16 DANTAS, José Ibarê Costa. **A tutela militar em Sergipe, 1964/1984: partidos e eleições num estado autoritário**. Tempo Brasileiro, 1997.

17 CARVALHO, Thayza Souza et al. **Aparelho repressivo de Estado: memórias da ditadura em Sergipe**. Dissertação (Pós-Graduação em Letras) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2017, p. 39.





**Quadro 1. Comandantes militares envolvidos**

Nome	Patente	Circunstâncias
Adyr Fiúza de Castro	General da Brigada	Comandante da 6 <sup>o</sup> Região Militar
João Neiva de Melo Távora	Ten. Coronel	Comandante do 28 <sup>o</sup> BC
Oscar da Silva	Tem. Coronel de Artilharia	Encarregado do IPM
Osmar de Melo e Silva	Ten. Coronel	Comandante do 28 <sup>o</sup> BC
Wladir Cavalcante de Souza Lima	Ten. Coronel	Comandante do 28 <sup>o</sup> BC

Fonte: Quadro montado pelo autor a partir das fontes consultadas.

Esta operação ocorreu em conjunto com outros órgãos, envolvendo o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), a Polícia Federal e o DOI-CODI. A partir da tarde de 20 de fevereiro de 1976 deu-se início ao “carnaval de torturas”<sup>18</sup>, prendendo os principais líderes do PCB, tendo em mãos diversas informações, como imagens e uma lista com os nomes dos militantes que estavam articulados ao PCB no estado. O objetivo da Operação Cajueiro era documentar e provar que esses militantes estavam tentando reorganizar o PCB aqui no estado. No entanto, é importante lembrar que as pessoas que não possuíam nenhuma ligação com o partido também sofreram repressão nesta operação<sup>19</sup>, como foi o caso de algumas pessoas relatadas por Paulo Barbosa de Araújo, na obra “Os ícones de um terremoto: Golpe Militar, repressão e resistência política” (2010), onde conta sua própria experiência vivida durante a repressão na ditadura. Paulo não foi militante do PCB, apesar de alguns amigos o apontarem como um simpatizante do partido, não



<sup>18</sup> O Documentário “Operação Cajueiro: um carnaval de torturas”, produzido em 2014 e dirigido pelo diretor sergipano Fábio Rogério, apresenta entrevistas com pessoas que foram presas e torturadas durante esta operação. Esse vídeo-documentário contou com patrocínio do Governo de Sergipe e do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário de Sergipe. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=pAT\\_U-lEYZw&t=1s](https://www.youtube.com/watch?v=pAT_U-lEYZw&t=1s). Acesso em: 02/06/2024.

<sup>19</sup> LIMA, Paulo. **Operação Cajueiro: a repressão aos comunistas Sergipe**. Aracaju, Editora Artexto, 2005.

há um consenso entre os entrevistados sobre esta questão. Ao todo, em Sergipe, vinte e nove pessoas foram alvos da Operação Cajueiro, vinte e quatro foram presas e cinco investigadas, como mostra o quadro 2.

**Quadro 2. Relação de alvos da Operação Cajueiro**

Nome	Profissão	Prisão	Circunstâncias
Antonio Bitencourt	Ferroviário	21/02	Preso, torturado e processado
Antônio José de Gois	Estudante	20/02	Preso, torturado e processado
Asclepiades José dos Santos	Vendedor ambulante	22/02	Preso, torturado e processado
Carivaldo Lima Santos	Ferroviário	20/02	Preso, torturado e processado
Carlos Alberto Menezes	Advogado	27/02	Preso e torturado
Delmo Nazianzeno	Engenheiro	21/02	Preso, torturado e processado
Durval José de Santana	Pedreiro aposentado	21/02	Preso e torturado
Edgar Odilon dos Santos	Serventuário	24/02	Preso, torturado e processado
Edson Sales	Mestre pedreiro	21/02	Preso, torturado e processado
Faustino Alves Meneses	Comerciante	23/02	Preso, torturado e processado
Francisco Gomes Filho <sup>20</sup>	Pedreiro	-	Processado
Gervásio Santos	Jornaleiro	21/02	Preso e processado
Jackson Barreto Lima	Deputado Estadual	-	Investigado e processado
Jackson de Sá Figueiredo	Advogado	20/02	Preso e torturado
João Francisco Océa	Comerciante	23/02	Preso, torturado e processado
João Santana Sobrinho	Advogado	20/02	Preso e torturado
Jonas da Silva Amaral Neto <sup>21</sup>	Vereador	-	Investigado

<sup>20</sup> Estava preso em outro estado.

<sup>21</sup> Não chegou a ser preso, apenas investigado.

José Carlos Teixeira <sup>22</sup>	Deputado Federal	-	Investigado
José Elias Pinho de Oliveira	Advogado	21/02	Preso e torturado
José Soares dos Santos	Agricultor	21/02	Preso, torturado e processado
Laura Maria Ribeiro Marques <sup>23</sup>	Estudante	-	Investigada
Luiz Mario Santos da Silva	Engenheiro	24/02	Preso, torturado e processado
Marcelio Bomfim Rocha	Funcionário Público	20/02	Preso, torturado e processado
Milton Coelho de Carvalho	Funcionário Público	22/02	Preso, torturado e processado
Virgílio de Oliveira (Juca)	Ferrovário	22/02	Preso, torturado e processado
Walter Santos	Professor	20/02	Preso e torturado
Wellington Dantas Mangueira Marques	Advogado	21/02	Preso
Rosalvo Alexandre Lima Filho	Engenheiro	06/03	Preso, torturado e processado
Pedro Hilário dos Santos	Ferrovário	21/02	Preso, torturado e processado

Fonte: Quadro montado pelo autor a partir das fontes consultadas.

Para além das vítimas, houve diversas pessoas que participaram da Operação Cajueiro, seja de forma direta ou indiretamente. Nessa perspectiva, essa operação militar envolveu uma série de pessoas que participaram desde da busca e apreensão, coleta de depoimentos e tortura até o momento do processo. A CEV/SE, identificou a participação de advogados, ministros e juizes, comandantes militares, acusadores, escrivães, chefes de secretaria, membros do conselho de justiça para a marinha, membros que cumpriram mandados de prisão e busca de testemunhas, testemunhas de acusação, testemunhas de defesa, vítimas transversais, agentes públicos e algumas outras pessoas que aparecem vinculadas à operação militar de 1976.

<sup>22</sup> Não chegou a ser preso, apenas investigado.

<sup>23</sup> Não chegou a ser presa, apenas investigada.



Como consta no relatório do IPM, essas atividades estavam divididas em três fases. A primeira fase (1964-1967), mirava a “Aglutinação dos militantes recuados e fase de organização do grupo subversivo no estado”. A segunda fase, a “reorganização após o Ato Institucional nº 5 (AI-5), capacitação política do grupo subversivo e preparo para os trabalhos pré-eleitorais”. E a terceira fase, compreendia o “aliciamento para melhora do nível intelectual dos quadros do Partido em Sergipe, reorganização do Comitê Estadual do PCB, infiltração em partido legal”<sup>24</sup>. De acordo com o relatório do IPM:

Marcelio Bomfim (recém-chegado da URSS)  
 Carivaldo Lima Santos  
 Wellington Dantas Mangueira Marques  
 Milton Coelho de Carvalho  
 Asclepiades José dos Santos.

Esses poucos militantes cautelosamente prosseguiram em suas atividades ilegais ligadas ao PCB. O trabalho do PCB em Sergipe, se resumia quase que exclusivamente ao setor estudantil, sob a liderança do então militante Wellington Dantas / Mangueira Marques, jovem estudante<sup>25</sup>.

Nota-se a importância do movimento estudantil na época e o papel atribuído a Wellington Mangueira como o principal agitador e liderança da tentativa de reorganização do PCB no estado. No entanto, é importante ressaltar a presença de Antônio José Gois e Milton Coelho, que participaram ativamente enquanto membros chave no partido. Para além da figura de Marcelio, foram citados outros nomes que constam no relatório do IPM, que estavam participando dessas atividades desde o início. Dentre os militantes citados estão Jackson de Sá Figueiredo, Asclepiades José dos Santos, Carivaldo Lima Santos e Milton Coelho. Os três primeiros haviam participado do curso de capacitação na União Soviética (URSS), com apoio fi-

<sup>24</sup> Caracterização das atividades do Partido Comunista Brasileiro segundo o relatório final da IPM. In: Dossiê Operação Cajueiro. ASV//ACE/3802/82\_001, fls.95-98. Disponível em: [https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/asv\\_ace\\_3802\\_82\\_001](https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/asv_ace_3802_82_001). Acesso em: 03/06/2024.

<sup>25</sup> Dossiê Operação Cajueiro. ASV//ACE/3802/82\_001, fls.96. Disponível em: [https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/asv\\_ace\\_3802\\_82\\_001](https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/asv_ace_3802_82_001). Acesso em: 03/06/2024.



nanceiro do PCB, provando para os militares a ligação direta entre eles e o partido. Os militantes citados aqui, com exceção de Jackson, Asclepiades e Carivaldo, foram os que mais sofreram pela tortura durante a operação e também os que ficaram detidos até o final<sup>26</sup>.

Um caso bastante peculiar é o do militante Wellington Dantas Mangueira, que não chegou a ser torturado fisicamente como relatou em entrevista à CEV/SE (2021), mas foi obrigado durante seu depoimento no 28º BC a assinar uma carta renunciando ao “Comunismo e a maconha”<sup>27</sup>. Nesse momento Wellington estava afastado da militância, dedicava-se apenas ao Clube Cotinguiba e a família. Sua esposa Laura Maria Ribeiro Marques, também foi encaminhada para prestar depoimento, mas não chegou a ser presa, apenas investigada pela operação militar<sup>28</sup>.

Houve também durante as prisões, acusações a alguns militantes de terem contribuído financeiramente com o partido e promovido a circulação do Jornal “Voz Operária”, que na época era considerado como subversivo, como também participar de reuniões. Antônio José Gois, Faustino Alves, José Soares dos Santos, Edson Sales e Virgílio de Oliveira, segundo o processo deles haviam participado de reuniões e contribuído financeiramente, enquanto Pedro Hilário dos Santos, Walter Santos, Gervásio Santos, Antônio Bittencourt e João Francisco Océa, tinham apenas participado do partido anteriormente<sup>29</sup>. Ademais, Rosalvo Alexandre Lima Filho, Luiz Mário Santos da Silva e Delmo Nazianzeno foram presos sob suspeitas de divulgação do jornal dirigido pelo PCB, como também de material considerado subversivo. Segundo o relatório do IPM, “esse jornal subversivo não era vendido, era oferecido gratuitamente aos mili-

<sup>26</sup> Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” (Sergipe - Relatório Final). Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe (Edise), 2021, p. 200.

<sup>27</sup> LIMA, Paulo. **Operação Cajueiro**: a repressão aos comunistas Sergipe. Aracaju, Editora Artexto, 2005.

<sup>28</sup> OLIVEIRA, Maria Aline Matos de. **Em busca da liberdade**: memória do movimento feminino pela anistia em Sergipe (1975-1979). Aracaju: Edise, 2021.

<sup>29</sup> Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” (Sergipe - Relatório Final). Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe (Edise), 2021, p. 201.

tantes e simpatizantes locais”<sup>30</sup>. Além disso, foram acusados também de contribuir financeiramente com o partido.

Outros casos, João Santana Sobrinho, Carlos Alberto Menezes e Durval José de Santana foram presos sob a suspeita de atuarem no partido e estarem infiltrados dentro do MDB. Outras figuras também foram investigadas por infiltração no MDB, como Jonas da Silva, Jackson Barreto e José Carlos Teixeira, mas somente o Deputado Estadual Jackson Barreto foi processado. O pedreiro Francisco Gomes Filho foi preso e torturado devido ser dirigente de fora do estado que realizou as reuniões em 1975. Enquanto o serventário Edgar Odilon Francisco dos Santos, foi preso, torturado e processado porque emprestava a sua caixa postal ao militante Marcelo Bomfim para envio dos jornais<sup>31</sup>.

Durante a operação policial todos os membros alvos da Operação Cajueiro foram detidos e levados as dependências do 28º BC, sem que fosse esclarecido os motivos pelos quais estavam sendo presos, sem apresentação de um mandado e sem identificação dos agentes que estavam realizando as detenções. Em quase toda operação esses agentes se apresentavam à paisana e em veículos comuns, sem identificação militar. Além de não saberem os motivos pelos quais estavam sendo sequestrados, os veículos comuns utilizados eram deixados sempre distantes dos lugares públicos e as vítimas eram vendadas com uma borracha nos olhos e ameaçada, algumas vítimas relatam que foram agredidas durante essa primeira abordagem e ainda dentro do carro como foi o caso de Milton Coelho de Carvalho. Após o sequestro, o veículo dava diversas voltas pela cidade, com o objetivo de que a vítima perdesse a noção de para onde estava sendo levado<sup>32</sup>.

Segundo depoimento de algumas vítimas da operação, todos vestiram um macacão e tiveram seus olhos vendados com uma bor-

<sup>30</sup> Dossiê Operação Cajueiro. ASV/ACE/3802/82\_001, fls.97. Disponível em: [https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/asv\\_ace\\_3802\\_82\\_001](https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/asv_ace_3802_82_001). Acesso em: 03/06/2024.

<sup>31</sup> Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” (Sergipe - Relatório Final). Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe (Edise), 2021, p. 201.

<sup>32</sup> Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” (Sergipe - Relatório Final). Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe (Edise), 2021, p. 197.

racha que se assemelhava a câmara de ar de bicicleta. O padrão de roupa utilizado reforça a ideia de que houve toda uma preparação da Operação Cajueiro anteriormente, por mais que não existam documentos que provem essa tese<sup>33</sup>. Todos aqueles que foram sequestrados sofreram torturas, mesmo que em graus distintos. O caso mais emblemático é o do militante Milton Coelho. Quando retirado a borracha utilizada sobre as sobrancelhas e o nariz, além dos ferimentos no rosto, havia provocado o deslocamento das retinas, fazendo com que saísse e continuasse em vida sem enxergar<sup>34</sup>. Mesmo após três cirurgias e tratamento realizado após o ocorrido, não foi possível recuperar a visão tirada pelas marcas da Operação Cajueiro.

Os primeiros depoimentos das vítimas eram coletados durante a madrugada no 28<sup>o</sup> BC, constituindo depoimentos ilegais, seguidos de tortura, em sua grande maioria. Na maioria dos casos as vítimas foram presas, torturadas e processadas (exceto alguns casos em que foram somente investigadas ou nem chegaram a ser processadas). Na época, qualquer ação suspeita de ligação ao Partido Comunista Brasileiro era enquadrada como crime contra a Segurança Nacional<sup>35</sup>. Nessa perspectiva, nem todos que foram alvos da operação no estado de Sergipe possuía ligação com o partido.

Após a prisão das vítimas, o general Adyr Fiúza visitou o 28<sup>o</sup> BC, na ocasião interrogou os prisioneiros e instruiu os subordinados. Pouco se comentava na sociedade sergipana a respeito do sequestro das vítimas da Operação Cajueiro. Não houve manifestação da sociedade, muito menos dos órgãos governamentais de Sergipe. Segundo Ibarê Dantas (1997), José Carlos Teixeira havia falado com o então governador de Sergipe José Rollemberg Leite, mas a princípio a única resposta dita pelo governador foi a de que estava tomando conhecimento de tudo. Dias após essa conversa, José Rollemberg



<sup>33</sup> Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” (Sergipe - Relatório Final). Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe (Edise), 2021, p. 199.

<sup>34</sup> CARVALHO, Thayza Souza et al. **Aparelho repressivo de Estado**: memórias da ditadura em Sergipe. Dissertação (Pós-Graduação em Letras) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2017.

<sup>35</sup> Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” (Sergipe - Relatório Final). Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe (Edise), 2021, p. 199.

encontrou o presidente Geisel, mas não se sabe se a repressão da operação foi uma pauta discutida nesse encontro.

Uma semana após as prisões, a Ordem dos Advogados (OAB) se pronunciou, em resposta ao ofício enviado pelos familiares das vítimas, esclareceu que havia convocado uma Reunião Extraordinária com o Conselho. E quando o primeiro grupo foi solto, o presidente da OAB também se pronunciou a respeito da saúde dos dois advogados, constatando que ambos estavam bem<sup>36</sup>. Segundo declaração feita pelo general Adyr Fiúza e divulgada pelo jornal *Tribuna da Bahia*, “os advogados de Sergipe estão se recusando a defender os acusados de subversão, e, conforme a VI RM, se em Salvador não se conseguir encontrar quem esteja disposto a assumir a causa, haverá a necessidade de atuação do magistério público”<sup>37</sup>. Apesar disso, a CEV/SE, identificou alguns advogados envolvidos na defensoria dos militantes.



### *Vozes e resistências na Operação Cajueiro*

Diante de toda a repercussão da operação militar, principalmente na imprensa de São Paulo e Rio de Janeiro, o Major Alcântara informou, no dia 26 de fevereiro de 1976, que alguns militantes presos possuíam ligação com o MDB, “estavam ostensivamente ligados ao MDB”<sup>38</sup>. Um dia após a divulgação da notícia pelo *Jornal da Bahia*, o chefe da VI Região Militar declarou que não havia ligação entre os militantes presos e o MDB, sob a justificativa de que apenas quatro deles tinham ligação com o MDB, mas não ocupavam nenhum cargo importante ou tinham função especial dentro do partido<sup>39</sup>.

Em 1976, destacaram-se três fortes veículos de informação no cenário sergipano, o jornal *Gazeta de Sergipe*, o *Jornal da Cidade* e o *Diário de Aracaju*. Outros veículos também estavam ganhando

<sup>36</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984: partidos e eleições num estado autoritário*. Tempo Brasileiro, 1997, p. 293.

<sup>37</sup> *Tribuna da Bahia*, Salvador-BA, 27 de fevereiro de 1976, p. 01.

<sup>38</sup> *Jornal da Bahia*, Salvador-BA, 24 de fevereiro de 1976, p. 08.

<sup>39</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984: partidos e eleições num estado autoritário*. Tempo Brasileiro, 1997, p. 293.



força, como as redes de televisão Sergipe e Atalaia, embora estas fossem recentes, colaboraram para difusão das notícias de forma mais rápida. Na época, muitos jornalistas trabalhavam como correspondentes de outros jornais fora do estado, a exemplo, de Paulo Barbosa de Araújo, Milton Alves e José Carlos Montalvão, que eram correspondentes do Estado de São Paulo, do Jornal da Bahia e do Jornal do Brasil<sup>40</sup>. Segundo depoimento de Milton Alves:

Eu era correspondente do Jornal da Bahia e Paulo Barbosa correspondente do Estadão. [...] Muitos dos que tinham sido presos, vários companheiros do Partido Comunista Brasileiro, possuía uma forte amizade, principalmente, com a esposa de Paulo, Rosa, que era enfermeira do INSS. Entrei no PCB ainda muito jovem, através de Wellington Mangueira, mas já era do Atheneu sergipense e depois fomos para a universidade, cuidamos do DCE. Sempre chegava às informações até nós, quando surgiu a notícia da Operação Cajueiro, que nós tivemos a certeza que o pessoal estava incomunicável no 28º BC, Paulo pelo Estadão e eu pelo Jornal da Bahia, nós denunciávamos que havia tortura. Lembro que na época estava na esquina da rua Nossa Senhora das Dores, era um barzinho, por volta de 19 horas da noite e Jackson Barreto passou dirigindo um Opala amarelo, deu uma freada brusca e disse:

- Camarada, cuidado! Os companheiros estão sendo presos.

Logo depois arrastou o carro e todo mundo ficou olhando para mim, e eu me perguntei: Os camaradas estão sendo presos, o que ele quis dizer com isso? Já sabia de algumas prisões porque estava no Cacique quando chegou a notícia de que estavam ocorrendo essas prisões, mas ainda era algo muito nublado, fui para casa e fiquei matutando o que Jackson havia me falado, no outro dia, logo cedo quando terminei o café, troquei de roupa e fui para casa de Paulo Barbosa, que era do Estadão e na época morava na Atalaia:

- Paulo, estou assustado.

<sup>40</sup> ARAÚJO, Paulo Barbosa de. **Os ícones de um terremoto**: Golpe Militar, repressão e resistência política. Aracaju: Editora Diário Oficial, 2010.

- O que foi?
- Esbarrei com Jackson e aconteceu assim, assim!
- A gente vai ter muito trabalho.
- Porque?
- É uma operação que ainda não tem nome, já tem muita gente presa, e muitos ainda serão presos. Naquela altura que estávamos conversando já tinha sido preso uns três ou quatro, eram tirados de dentro de casa. Rosa [esposa de Paulo Barbosa] tinha ligação com muitas dessas mulheres, eu, na época fazia Letras e era colega de sala de Carmélia, esposa de Milton Coelho, ela me passava as informações. Foi então que descobrimos que eles estavam incomunicáveis no 28 BC. Quando me sentei com Paulo para informar as prisões e a incomunicabilidade dos presos, ele também já tinha essa informação nós denunciarmos<sup>41</sup>.

Em 20 de fevereiro de 1976, o *Jornal da Bahia* publicou a notícia intitulada “Vinte e seis presos políticos em Sergipe”, nela informava a prisão de vinte e seis presos que estavam incomunicáveis no 28<sup>o</sup> BC. Informava ainda, os nomes de quatorze deles, mas não mencionava os motivos pelos quais as prisões tinham ocorrido<sup>42</sup>. No dia 25 de fevereiro o *Jornal da Bahia* noticiou que mais três pessoas haviam sido presas em Aracaju, desta vez trazendo a notícia da prisão de Edgar Coelho, Faustino Alves de Menezes e José Soares dos Santos<sup>43</sup>. Na quinta-feira, 26.02 foi publicado que os presos iriam ser transferidos para serem julgados na Bahia, isso em decorrência da região de Sergipe estar subordinada à VI Região Militar, localizada na capital baiana<sup>44</sup>. Desse modo graças a influência desses correspondentes, as prisões e tortura foram denunciadas, na época

<sup>41</sup> Entrevista com Milton Alves, cedida ao autor, em 14.02.2023, Segrase, Aracaju-SE. O entrevistado forneceu carta de cessão.

<sup>42</sup> Nessa lista divulgada pelo 28<sup>o</sup> Batalhão de Caçadores constava segundo o *Jornal da Bahia* os nomes dos seguintes militantes: José Elias Pinheiro Oliveira, Carlos Alberto Menezes, Wellington Mangureira, Jackson Sá Figueiredo, Pedro Hilário, João Santana Sobrinho, José Antônio Côes, Milton Coelho Carvalho, Marcelio Bomfim Rocha, Antônio Bitencourt, Carivaldo Lima Santos, Gervásio Santos, Durval José Santana e Valter Santos. In: *Jornal da Bahia*, Salvador-BA, 24 de fevereiro de 1976, p. 08.

<sup>43</sup> *Jornal da Bahia*, Salvador-BA, 25 de fevereiro de 1976, p. 08.

<sup>44</sup> *Jornal da Bahia*, Salvador-BA, 26 de fevereiro de 1976, p. 01-02.

as notícias não foram assinadas pelos jornalistas, mas o arbítrio ganhou visibilidade fora do estado.

Dentro desse contexto, houve uma primeira soltura desses presos, e aqueles que não foram liberados continuaram presos por cerca de quarenta dias e foram indiciados. Diante do pedido de prisão preventiva negado, as vítimas foram libertadas, mas tiveram que responder a um processo criminal por cerca de dois anos<sup>45</sup>. Ao final da Operação Cajueiro todos aqueles que foram processados criminalmente foram absolvidos<sup>46</sup>. De acordo com o jornal da cidade:

Todos os dezoito sergipanos acusados de atividades subversivas foram absolvidos ontem à noite por unanimidade pela auditoria militar da sexta região em Salvador. O resultado foi conhecido às vinte e três horas, quando o conselho de sentença por absoluta falta de provas resolveu absolver os acusados. Dos dezoito sergipanos, quase todos foram presos em fevereiro de 1976, durante a realização da chamada “Operação Cajueiro”, que, segundo o general Fiúza, à época comandante da sexta região militar, fora executado para dismantelar o aparelho do partido comunista que estava sendo reorganizado em Sergipe<sup>47</sup>.

O uso do termo “Operação Cajueiro”, em 1978, pelo Jornal da Cidade chama atenção não apenas pela peculiaridade do nome, mas pela abertura de uma análise crítica do contexto histórico, das práticas judiciais e da violação dos direitos humanos nesse período. Todas as provas produzidas pelo IPM, segundo a CEV/SE (2021, p. 201)<sup>48</sup>, foram descartadas, “as provas produzidas contra os acusados estavam maculadas de vícios insanáveis em suas origens” pois,

<sup>45</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. **A tutela militar em Sergipe, 1964/1984: partidos e eleições num estado autoritário**. Tempo Brasileiro, 1997, p. 321.

<sup>46</sup> Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” (Sergipe - Relatório Final). Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe (Edise), 2021, p. 201.

<sup>47</sup> **Jornal da Cidade**, Aracaju-SE, 17 de agosto de 1978, p. 01.

<sup>48</sup> Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” (Sergipe - Relatório Final). Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe (Edise), 2021. Disponível em: [https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/relatorio\\_final\\_comissao\\_estadual\\_da\\_verdade\\_paulo](https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/relatorio_final_comissao_estadual_da_verdade_paulo). Acesso em: 02/06/2024.



havia sido feitas a base da tortura. Posteriormente, o poder Judiciário reconheceu a ilegalidade em que a operação militar foi realizada e a violação dos direitos humanos individuais das vítimas que foram alvos desta operação.

### *Nova configuração do cenário político das esquerdas*

A derrocada do Partido Comunista Brasileiro (PCB) após a Operação Cajueiro ocasionou na atmosfera nacional, e estadual, uma transformação na paisagem política. A partir da dispersão deste partido de esquerda, outros partidos políticos e movimentos sociais se beneficiaram do contexto de desestruturação do PCB. Desse modo, percebe-se que a dispersão provocou alterações significativas na dinâmica e conjuntura vivenciada, com isso, possibilitando o surgimento de novos atores políticos e adaptações na reconfiguração de sua dispersão.

68

A partir de 1978 apresentava-se um cenário de grandes expectativas pelos membros dos partidos políticos para a volta do pluripartidarismo. Nessa perspectiva, houve forte intensificação desses grupos políticos de esquerda, sobretudo após Petrônio Portella, ministro da justiça, informar a criação de novos partidos dentro da reforma constitucional. Diante dos acontecimentos, a apresentação de crise no governo fez com que autoridades, inclusive Golbery de Couto e Silva, defendessem o fim do bipartidarismo<sup>49</sup>.

Desta forma, um balanço do processo de abertura sob Geisel é extremamente difícil: autoritário- confundia disciplina e ordem com uma visão imperial do poder-, pôde perceber as condições de crise do país e propor alternativas em torno de um projeto soberano e constitucional. Talvez a melhor síntese de sua personalidade seja ainda a realizada pelo *Jornal do Brasil* na época da sua morte: *o ditador da abertura!* (Silva, 2003, p. 269).

<sup>49</sup> RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. A ditadura que mudou o Brasil. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; Reis, Daniel Aarão; Ridenti, Marcelo; (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

Geisel, ficou conhecido em todo esse processo por arrojar a transição política, mesmo que só tenha estabelecido diretrizes e caminhos. No final do seu governo, o seu sucessor João Batista Figueiredo, um outro “ditador sem ditadura”, continuou com as mudanças políticas, instituindo o pluripartidarismo e a anistia, ambos em 1979<sup>50</sup>. Assim, o país, finalmente, deu sinais de caminhar em direção à “abertura política”, agora sob o comando do general João Batista Figueiredo.

Em 15 de março de 1979, assumiu a presidência o General João Batista Figueiredo (1979-1985), esse período ficou conhecido como a segunda fase de transição do regime militar para o regime democrático. Uma de suas tarefas era dar continuidade à política de “distensão”, “lenta, gradual e segura” iniciada no governo Geisel<sup>51</sup>. Todos os caminhos indicavam a transformação do regime para o democrático, principalmente após o retorno dos exilados políticos.

Em novembro de 1979, ocorreu a aprovação da Lei de Reforma Partidária pelo Congresso, o objetivo do governo era partilhar as oposições em várias facções enquanto o partido situacionista permaneceria unido. Essa reforma não surgiu da derrocada da ditadura, mas de uma estratégia para tentar reprocessa-la e alonga-la<sup>52</sup>. Por meio desta Lei, o governo pretendia dificultar a organização das esquerdas, pois era proibido alianças partidárias, organização de diretórios estaduais pelas federações e nas eleições, apresentar candidatos para todos os níveis<sup>53</sup>.

O partido de situação, Arena, tornou-se o Partido Democrático Social (PDS). Na antiga Arena, a comissão diretora sergipana estava formada por Augusto do Prado Franco, Lourival Batista, Antônio Carlos Valadares, Francisco Guimaraes Rollemberg, Raimundo Diniz, José Rollemberg Leite, Arnaldo Rollemberg Leite, Albano do

<sup>50</sup> NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. Editora Contexto, 2014, p. 236.

<sup>51</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: **O Brasil republicano**, v. 4, 2003.

<sup>52</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Editora UFMG, 2008, p. 105.

<sup>53</sup> NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. Editora Contexto, 2014, p. 269.



Prado Franco, Hélio Dantas e Djenal Tavares de Queiroz. Em termos gerais, esses membros já faziam parte do partido situacionista. Com a mudança, apenas João Alves Filho e Celso de Carvalho saíram do PDS migrando para o Partido Popular (PP). Enquanto o PP, foi um novo partido político que surgiu liderado por Tancredo Neves, sendo formado em sua maioria por empresários e bancários, assim como por membros que faziam parte da ARENA<sup>54</sup>. É importante ressaltar que o PP foi criado por estratégia de Portella- Golbery, que objetivava criar um partido com aspecto político de esquerda e direita que englobasse e aderisse às visões do MDB e da ARENA. Para surpresa do governo, os números de filiados da ex-ARENA foram superiores que o esperado<sup>55</sup>. No entanto, o PP foi inviabilizado pela própria lei criada pelo governo, o partido acabou em dezembro de 1981.

O MDB transformou-se em Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), partido de oposição ao regime, que acaba perdendo espaço para o PP na política sergipana. Sua Comissão Provisória foi formada por José Carlos Teixeira, Walter Batista, Jonas Amaral, João de Seixas Dórea, Batalha de Góis, Antonio Tavares, Acival Gomes e Balthasar Santos. Pouco tempo depois, Jackson Barreto passou a integrar o partido. Dentro desse novo cenário, o PDS era o partido de maior quantidade de membros na Câmara Federal<sup>56</sup>. Foram criados também, outros partidos de esquerda, como o Partido Democrático Trabalhista (PDT), de Leonel Brizola. Era um grupo formado por padres, advogados e comerciantes. Ainda no campo das esquerdas, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que foi liderado por Ivete Vargas.

Para completar este quadro político ocorreu ainda, a criação do Partido dos Trabalhadores (PT). Este partido foi fundado em São Paulo em fevereiro de 1980 e teve como figura marcante a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, que saiu como candidato ao governo

<sup>54</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984: partidos e eleições num estado autoritário*. Tempo Brasileiro, 1997, p. 345.

<sup>55</sup> FLEISCHER, David V. Governabilidade e abertura política: as desventuras da engenharia política no Brasil, 1964-84. *Revista de Ciência Política*, v. 29, n. 1, 1986, p. 29.

<sup>56</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Editora UFMG, 2008.



deste estado nas eleições diretas de 1982<sup>57</sup>. Em Sergipe, este partido foi formado por estudantes, professores, bancários, trabalhadores rurais e ex-militantes do PCB. Em sua composição inicial tinha nomes como de Marcelio Bomfim, Antônio José de Gois, Milson Leite Barreto Filho, entre outros, eles formaram a Comissão Executiva Provisória do PT no estado. Os partidos PCdoB e PCB, assim como outras pequenas organizações, continuaram na ilegalidade. Nota-se assim, que com o fim do bipartidarismo houve uma série de movimentações para criação de novos partidos, que defendessem os direitos das minorias sociais. Esses partidos foram formados especialmente pelas esquerdas.

O PCB só conseguiu iniciar sua reorganização a partir de 1979, com a aprovação da Lei de Anistia, apesar de ainda o partido retomar recrutamentos com bastante cautela e cuidado devido às regras de exceção impostas pelo regime. No entanto, essa reorganização não era realizada abertamente, muitos dos militantes comunistas usavam codinomes e mantinham sua identidade verdadeira apenas dentro da rede partidária, ainda receosas com o regime. Ao mesmo tempo, muitos dos militantes que estavam no PCB, lutavam dentro do PMDB. Além disso, o forte movimento sindical e o surgimento do PT, absorveu boa parte da militância do PCB no processo de reconfiguração das esquerdas. Nesse sentido, enfraqueceu e dificultou o partido em sua reorganização partidária<sup>58</sup>.

Um dos casos mais emblemáticos da dispersão do PCB na política sergipana é o caso envolvendo o militante Marcelio Bomfim, que foi detido, torturado e processado durante a Operação Cajueiro. Marcelio, após a Operação Cajueiro, saiu do PCB e mudou para o PT, tendo participado de sua fundação. Era um dos principais dirigentes do PCB, tendo dentro do partido a nível estadual um papel proeminente. Na época, desempenhou militância significativa durante o regime civil-militar, sendo um dos principais integrantes da direção do partido. Consta-se no relatório do Inquérito Policial Militar (IPM), que

<sup>57</sup> NAPOLITANO, Marcos. 1964: história do regime militar brasileiro. Editora Contexto, 2014, p. 270.

<sup>58</sup> FIGUEIREDO, César Alessandro. **Partido Comunista Brasileiro versus ditadura militar: 1964-1985**—a clandestinidade também mata. *Textos e Debates*, n. 25, 2014, p. 178-179.



as atividades de Marcelio estavam sendo observadas pelos militares desde 1964, ano em que foi estabelecida a ditadura com o lançamento de Ato Institucional. Esta vigilância destaca-se não apenas pela militância exercida no PCB, mas também por ter sido um personagem da resistência importante contra o regime autoritário.

Com a dispersão do PCB, outros partidos viram a oportunidade de ampliar sua base eleitoral, inclusive com os ex-pecebistas, ou seja, havia um vácuo com a derrocada do PCB. É importante enfatizar que neste processo de “abertura política”, os partidos que foram mais beneficiados possuíam uma diversidade de orientação política, com maior ênfase para os partidos de esquerda. Nessa perspectiva, duas foram as formas de conquistarem novos adeptos: 1- atraindo os pecebistas que possuíam simpatias com determinado partido em virtude de sua ideologia; 2- atraindo aqueles que pudessem se sentir representados pelo PCB, mas em decorrência de sua dispersão migraram para outros partidos.

Essa dispersão não beneficiou apenas partidos políticos, mas também alguns movimentos sociais, que ganharam um maior apoio e visibilidade. Neste contexto, alguns grupos específicos, partidários e/ou das lutas populares, que tinham como objetivo representar a sociedade puderam ocupar o espaço deixado pelo PCB. Da mesma forma, a participação de novos adeptos possibilitou maior legitimidade em decorrência das demandas sociais existentes.

Com a repressão à Operação Cajueiro e a posterior dispersão dos membros do PCB, o retorno do pluripartidarismo possibilitou uma nova configuração nas organizações das esquerdas sergipanas. Grande parte dos militantes encontrava-se sem uma organização formal, afinal o PCB havia sofrido uma completa dispersão. Assim, diante deste cenário de abertura política, ocorreram movimentações políticas que possibilitaram aos ex-pecebistas se organizarem dentro de outros partidos. Desse modo, mesmo com a derrocada do PCB, os comunistas não deixaram de participar ativamente da política brasileira.

Prestes percorreu todo o Brasil a convite das mais diversas entidades sociais, de trabalhadores, de estu-





dantes, de intelectuais, de políticos e de numerosos admiradores. Participou das principais campanhas eleitorais, procurando sempre dar apoio aos candidatos comprometidos com as causas populares e dispostos a contribuir para o avanço real da democratização do país (Costa, 2018, p. 42).

Luís Carlos Prestes, a convite de alguns movimentos sociais e populares, como estudantes e trabalhadores, andou por todo país. Ao longo dessa caminhada, Prestes apoiou candidatos de esquerda durante o processo de campanhas e eleições, sobretudo aqueles envolvidos com causas populares e a redemocratização do Brasil. Nesse sentido, o PCB privilegiou as forças que desenvolviam ações com viés democrático, uma causa já desenvolvida pelo partido anteriormente.

Manifestando-se defensor de uma constante preocupação com a unidade das oposições, Prestes colocou-se não só a favor da participação de todos os partidos em formação – PTB, PT e PP, com suas características específicas – na frente de luta contra o regime, como também da “unificação da classe operária para atuar num partido revolucionário”. Com isso, a classe operária interviria como fator decisivo na “frente única de luta contra a ditadura”, formada não apenas com os quadros da esquerda, mas com “todos os que desejarem ser nossos aliados nessa luta (Costa, 2018, p. 33).



Desse modo, Prestes defendeu a “unificação da classe operária”, que para ele deveria atuar dentro de um partido revolucionário. Da mesma forma, procurou apoiar todos os partidos políticos que estavam em formação, como o PMDB, PT, PTB e o PP. Sua proposta era criar uma frente que englobasse não apenas membros de esquerda, mas todos aqueles que sonhavam com o fim do regime autoritário. Nesse sentido, reunir pessoas que desejavam, independente de filiação partidária ou ideologia política, lutar em prol da redemocratização do País<sup>59</sup>.

<sup>59</sup> FIGUEIREDO, César Alessandro. Partido Comunista Brasileiro versus ditadura militar: 1964-1985—a clandestinidade também mata. *Textos e Debates*, n. 25, 2014, p. 179-180.

Nessa atmosfera, com o PCB sem força política e o surgimento de outros partidos ainda em consolidação, a política sergipana ganha novos contornos. Os pecebistas, imobilizados pelos setores de repressão, garantiram inicialmente a sua participação em entidades trabalhistas, sindicatos e outras, como também promoveram o diálogo com setores não conservadores da Igreja Católica e com grupos ligados ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). A gravidade da crise partidária do PCB levou seus membros a lutarem e fazerem acordos com outros partidos e movimentos sociais, mesmo ainda estando na condição de ilegalidade. Sob esse olhar, os pecebistas procuraram formar estratégias e alianças com outros movimentos sociais.

Desse modo, a ausência de uma direção nacional que conseguisse reanimar o partido fez com que houvesse uma dispersão. E assim, interrompeu-se o desenvolvimento do trabalho feito junto ao movimento estudantil, sindical e camponês, como era realizado anteriormente. Em Sergipe, observa-se que não houve uma política de inserção de novos integrantes ao PCB, como se caracterizava no PMDB com a Ala Jovem. Durante esses anos e no contexto de ascensão política vivenciada pelo PMDB, este se constituiu como uma força hegemônica de esquerda a nível estadual. Junto ao PMDB, observa-se a atuação do PT, que absorveu alguns dos pecebistas. Eles foram fundamentais na fundação e organização do partido no estado.

Estes militantes passaram a integrar-se sobretudo aos novos partidos de esquerda que estavam surgindo. Desse modo, tiveram uma participação importante nos processos eleitorais, assim como, em movimentos mais amplos, como a luta pela Anistia. Segundo Antônio Gois,

Nós estávamos no final dos anos 70, toda a esquerda tinha ido para a cadeia. O último partido que eles desorganizaram foi o “partidão”, em 1976. Eles queriam desbaratar o restante para falar na abertura. Teve a questão da Lei da Anistia, em 79, anistia para torturador. E surgiu, nos anos 70, um novo sindicalismo no Brasil. Então, eu comecei a participar nos anos 70. [...]





O MFPA assumiu a responsabilidade de lutar também pelos militantes que estavam presos, principalmente em decorrência da Operação Cajueiro. Ademais, a presença na linha de frente desses homens poderia trazer consequências negativas para o movimento. Para além disso, as principais lideranças eram mulheres livres, o que possibilitava uma maior legitimidade ao movimento. Na época dos julgamentos dos presos da Operação Cajueiro, ocorrido em Salvador, o MFPA organizou uma caravana formada por 70 pessoas para irem assistir ao julgamento. Dentre esse grupo de pessoas estavam membros do movimento, familiares e crianças. O fato de o comitê levar crianças e pessoas mais simples da zona rural fez parte de uma “estratégia de gênero” do movimento. Entretanto, a questão mais importante é que o comitê conseguiu mobilizar a população, o que se caracterizou como um fator em destaque nos julgamentos<sup>62</sup>. Em 1979 foi aprovada a Lei da Anistia, mas uma anistia parcial, esta Lei está combinada também com a reforma da Lei de Segurança Nacional, permitindo o retorno dos exilados políticos. No entanto, a Lei da Anistia permitiu a denúncia dos crimes cometidos pela ditadura, mas não a criminalização de seus agentes. Essa foi a decisão da interpretação do Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito da Anistia.

Nesse sentido, independente dos esforços feitos para conseguir equilibrar o PCB a nível nacional, ele não conseguiu acompanhar as lutas sociais contemporâneas. Aparentemente, ao tentar buscar respostas, afastava-se cada vez mais de suas bases. E nesse cenário, o PMDB, PTB, PP e especialmente o PT acabou ganhando expressivo reconhecimento em virtude das lutas dos trabalhadores e da classe operária. Além disso, absorveu boa parte da base operária antes ligada ao PCB.

<sup>62</sup> OLIVEIRA, Maria Aline Matos de. Em busca da liberdade: memória do movimento feminino pela anistia em Sergipe (1975-1979). Aracaju: Edise, 2021.



### **Fontes jornalísticas:**

Jornal da Bahia, Salvador-BA. Presos de Aracaju virão para a Bahia, 26 de fevereiro de 1976, p. 01-02.

Jornal da Bahia, Salvador-BA. Quarto exército prende em Aracaju, 25 de fevereiro de 1976, p. 08.

Jornal da Bahia, Salvador-BA. Vinte e seis presos políticos em Sergipe, 24 de fevereiro de 1976, p.08.

Jornal da Cidade, Aracaju-SE. Auditoria militar absorve sergipanos, 17 de agosto de 1978, p. 01.

Tribuna da Bahia, Salvador- BA. VI Região Militar explica e anuncia novas prisões, 27 de fevereiro de 1976, p.01.

### **Documentos oficiais:**

ASV/ACE/3802/82\_001, fls.6. Disponível em: [https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/asv\\_ace\\_3802\\_82\\_001](https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/asv_ace_3802_82_001). Acesso em: 02/06/2024.

ASV/ACE/3802/82\_001, fls.95-98. Disponível em: [https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/asv\\_ace\\_3802\\_82\\_001](https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/asv_ace_3802_82_001). Acesso em: 03/06/2024.

ASV/ACE/3802/82\_001, fls.96. Disponível em: [https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/asv\\_ace\\_3802\\_82\\_001](https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/asv_ace_3802_82_001). Acesso em: 03/06/2024.

ASV/ACE/3802/82\_001, fls.97. Disponível em: [https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/asv\\_ace\\_3802\\_82\\_001](https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/asv_ace_3802_82_001). Acesso em: 03/06/2024.

Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” (Sergipe - Relatório Final). Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe (Edise), 2021. Disponível em: <https://segrase.se.gov.br/edise/produto/250/digital>. Acesso em: 02/06/2024.

DO BRASIL, C.-C. DE PEDHC PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB). Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>. Acesso em: 02/06/2024.



### Recursos filmicos:

ROGÉRIO, Fábio. Operação Cajueiro: um carnaval de torturas. Youtube, 04 de janeiro de 2015. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=pAT\\_U-IEyZw&t=1s](https://www.youtube.com/watch?v=pAT_U-IEyZw&t=1s). Acesso em: 02/06/2024.

### Bibliografia

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 3 ed. São Paulo: Vozes, 1985.

ARAÚJO, Paulo Barbosa de. Os ícones de um terremoto: Golpe Militar, repressão e resistência política. Aracaju: Editora Diário Oficial, 2010.

CARDOSO, Célia Costa. 1964 em Sergipe: política e repressão. In: JANOTTI, Maria de Lourdes M.; ARIAS NETO, José Miguel (Orgs.). *Democracia e autoritarismo: estratégias e táticas políticas*. Vinhedo, ed. Horizonte, 2015. P. 115-141.

CARVALHO, Thayza Souza et al. Aparelho repressivo de Estado: memórias da ditadura em Sergipe. Dissertação (Pós-Graduação em Letras) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2017. Disponível em: [https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5707/1/THAYZA\\_SOUZA\\_CARVALHO.pdf](https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5707/1/THAYZA_SOUZA_CARVALHO.pdf). Acesso em: 10/06/2024.

COSTA, Rodrigo José da. O socialismo possível: o PCB, os estertores da Ditadura Militar e a Nova República em Alagoas (1980-1991). Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/30705>. Acesso em: 20/05/2024.

CRUZ, José Vieira. *Da autonomia à resistência democrática: Movimento Estudantil, Ensino Superior e a Sociedade em Sergipe, 1950-1985*. 2 ed. Aracaju: Criação, 2021.

DANTAS, José Ibarê Costa. A tutela militar em Sergipe, 1964/1984: partidos e eleições num estado autoritário. Tempo Brasileiro, 1997.

FIGUEIREDO, César Alessandro. Partido Comunista Brasileiro versus ditadura militar: 1964-1985 - a clandestinidade também mata. *Textos e Debates*, n. 25, 2014. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/textosedebates/article/view/2781/1552>. Acesso em: 28/05/2024.

FLEISCHER, David V. Governabilidade e abertura política: as desventuras da engenharia política no Brasil, 1964-84. *Revista de Ciência Política*, v. 29, n. 1, p. 12-39, 1986. Disponível em: [file:///C:/Users/Samsung/Downloads/admin,+2++Governabilidade+e+abertura+pol%C3%ADtica+as+desventuras+da+engenharia+pol%C3%ADtica+no+Brasil,+1964-84%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Samsung/Downloads/admin,+2++Governabilidade+e+abertura+pol%C3%ADtica+as+desventuras+da+engenharia+pol%C3%ADtica+no+Brasil,+1964-84%20(1).pdf). Acesso em: 24/05/2024.



GASPARI, Elio. *A Ditadura envergonhada: as ilusões armadas*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. *A Ditadura Encurralada*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

LIMA, Paulo. *Operação Cajueiro: a repressão aos comunistas Sergipe*. Aracaju, Editora Artexto, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Editora UFMG, 2008.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. Editora Contexto, 2014.

OLIVEIRA, Maria Aline Matos de. *Em busca da liberdade: memória do movimento feminino pela anistia em Sergipe (1975-1979)*. Aracaju: Edise, 2021.

RIDENTI, Marcelo. *As oposições à ditadura: resistência e integração. A ditadura que mudou o Brasil*. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; Reis, Daniel Aarão; Ridenti, Marcelo; (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaina Martins. *Por uma revisão crítica: ditadura e sociedade no Brasil*. Salvador – BA, Sagga Editora, 2021.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985*. In: *O Brasil republicano*, v. 4, p. 243-282, 2003.

